

As Diferentes Versões da Carta Ânua de Antônio Vieira
The Different Versions of Antonio Vieira's Annual Letter

Ana Lúcia M. de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Neste artigo, serão apresentados alguns resultados de uma análise comparativa das diferentes versões em português da carta ânua, manuscritas e impressas, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nas quais se baseou a edição das cartas de Antônio Vieira preparada por João Lúcio de Azevedo. Como ponto de partida, realizar-se-á um breve exame do lugar de relevo da correspondência epistolar no âmbito das práticas missionárias globalizadas da Companhia de Jesus.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Vieira; Carta Ânua; Epistolografia; Manuscritos.

ABSTRACT: This paper presents some findings of a comparative analysis of the different versions of the annual letter in Portuguese, both handwritten and printed, collected by the National Library in Rio de Janeiro, on which the edition of Antonio Vieira's letters organized by João Lúcio de Azevedo has been based. As a starting point, a brief review is carried out on the importance of epistolary exchanges in the context of the global mission practiced by the Society of Jesus.

KEYWORDS: Antonio Vieira; Annual Letter; Epistolography; Manuscripts.

[...] importa serem muito cuidadosos aqueles que nas cartas de Vieira vão colher exemplos gramaticais e modelos de dicção, porque se arriscam a tomar por sentença de clássico a falha do amanuense ignaro.

João Lúcio de Azevedo

Pretendo expor neste artigo os resultados ainda parciais de um trabalho que venho desenvolvendo desde o final do ano passado, cujos primeiros passos já foram apresentados no congresso vieiriano realizado na Universidade de Roma “La Sapienza”, em fevereiro deste ano. O ponto de partida foi o convite, feito por Silvano Peloso, para participar de um projeto de estabelecimento do texto da carta ânua, de 1626, o primeiro documento escrito por Antônio Vieira do qual se tem conhecimento. Como acontece com outras obras do autor, essa carta se nos apresenta em diferentes versões, cada uma delas com variações diversas que foram inseridas por copistas, editores, tipógrafos e até censores, ao longo do tempo.

Antes de passar ao exame das versões impressas e manuscritas da carta ânua, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nas quais se baseou a edição preparada por João Lúcio de Azevedo, e que constituem o *corpus* central da minha pesquisa, começo contextualizando brevemente a questão, no quadro da epistolografia jesuítica.

Criada em um tempo de acelerada expansão ultramarina (1540), a Companhia de Jesus refletia, em seus componentes e em sua distribuição geográfica, uma espécie de globalização *avant la lettre* que caracterizava aquela época: oriundos de vários países europeus, seus integrantes logo se espalharam por Itália, Irlanda, Portugal, Espanha, França, além de Ásia, África e América do Sul, onde novos membros, autóctones, começaram a ser admitidos. Para manter a unidade e a comunicação com o centro romano da Companhia, implantou-se um instrumento fundamental: a correspondência epistolar, “coluna vertebral do corpo inaciano”,

nas palavras de Sheila Hue (2006, p. 14).

Como se sabe, um dos objetivos básicos das cartas jesuíticas era o controle interno da missão pelos superiores da Ordem em Roma, que exigiam relatórios minuciosos sobre o dia-a-dia dos padres e informações sobre possíveis causas de desânimos e crises. Assim, nesse eficiente sistema de comunicação, missionários disseminados pelo globo enviavam missivas para Roma, as quais eram copiadas e distribuídas pelas missões de modo que todos soubessem o que se fazia nesses variados lugares. Outro objetivo, segundo Adolfo Hansen, era o reforço do entusiasmo catequético por meio da remessa das cartas para outras missões, em que eram lidas como edificação (cf. HANSEN, 2005, p. 16). Em síntese, essa surpreendente rede de comunicação global em pleno século XVI constituía um poderoso instrumento de informação e de divulgação das atividades da Companhia de Jesus.

Inserindo-se na longa tradição medieval da *ars dictaminis*¹, essas cartas trouxeram a diferença de serem geralmente redigidas em tom mais coloquial, procurando uma comunicação direta, sem muitos artifícios de retórica ou citações eruditas, e aplicando, nas palavras de Adolfo Hansen, “um *aptum* ou *decorum* específico da imitação do oral” (idem, p. 26). Pode-se dizer que, em alguns aspectos, eram inspiradas nas epístolas da Antigüidade Clássica, uma vez que a descoberta das cartas de Cícero por Petrarca² difundira pela Europa um modelo muito imitado: a carta como uma conversação entre amigos e não como discurso elaborado. Adotado por Loyola e seus seguidores, tal modelo³ atraiu o público leitor do período, o que se evidencia pelo grande número de traduções e edições das cartas jesuíticas, que afirmavam o poder e a expansão da Igreja Católica em tempos de Contra-Reforma, além de saciar a curiosidade dos leitores acerca das novidades dos novos mundos (cf. HUE: 2006, p. 18).

Embora tendo motivado, ao longo do tempo, o interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a correspondência de Vieira ainda aguarda uma edição crítica à altura da sua riqueza

e da sua importância para a investigação de questões históricas, teológicas e políticas do século XVII. A *editio princeps*, incompleta e com um texto mutilado pela censura, principalmente nas cartas em que ele se refere aos cristãos-novos e ao Santo Ofício da Inquisição, data de 1735, quando se editaram dois volumes, organizados pelo Conde da Ericeira e pelo padre Antônio dos Reis, e dedicados ao Inquisidor Geral; o terceiro foi dado ao prelo em 1746, compilado pelo padre Francisco Antônio Monteiro. No Prólogo dessa edição, justifica-se a ausência de qualquer critério na ordenação das cartas, a partir de um argumento baseado no caminho escolhido pelo próprio jesuíta para a organização de seu sermônário:

[...] não se ordenarão estas cartas pela ordem rigorosa, e cronológica, em que foram escritas [...], porque ainda que os sucessos da vida deste Autor se percebem melhor nesta forma, como ela vai observada em cada uma das correspondências que, segundo o estilo comum, vão separadas, se percebem melhor, sem interromper-se os motivos, e os sucessos. Também não as dividi por matérias, por não alterar a referida suposição; e porque a variedade é mais agradável pelas razões sólidas, que dá o nosso Autor na primeira parte dos seus Sermões, quando no Prólogo se justifica de os não repartir pelas matérias, nem pela ordem dos tempos, e festas do ano. (VIEIRA: 1735, s.p.)

Em 1854 e 1855, uma nova edição ampliada do epistolário vieiriano, apresentando 511 cartas, compôs os volumes XVI a XIX das *Obras Completas*. Mantinha-se a mesma ordenação da edição anterior, que seguia apenas a ordem em que os originais chegaram à oficina do impressor, e apresentando, inclusive, a mesma repetição de textos. Arrumando as cartas em ordem cronológica e, com isso, evitando o problema das repetições, a

edição seguinte foi feita pela Empresa Literária Fluminense, em dois volumes sem data, supostamente em 1877. Entre 1925 e 1928, foi lançada a mais completa edição das cartas de Vieira, num total de 719, em 3 volumes organizados por João Lúcio de Azevedo. Consultando as publicações anteriores, cópias manuscritas das cartas e os originais autógrafos a que teve acesso, o incansável historiador português buscou apresentar uma edição “menos viciada de imperfeições”, segundo nos esclarece na Introdução da obra, “reduzindo ao paradigma mais recente⁴ as diferentes ortografias de três séculos” (AZEVEDO: 1970, p. XIV).

Maria Lucília Pires já nos alertou para o fato de que “o estudioso de hoje, bendizendo embora o trabalho emérito do ilustre vieirista que foi Lúcio de Azevedo, tem ainda mais aguda consciência das limitações de sua edição” (1997, p. 21). Dentre estas, ressalta o fato de o editor ter seguido freqüentemente o texto da primeira edição, publicada, como se sabe, “sob as restrições do aparelho censório então em vigor, em casos em que os textos originais eram relativamente acessíveis” (idem, *ibid.*).

Antes de iniciar o exame da carta ânua redigida por Vieira, cumpre fazer uma breve referência ao seu contexto de produção. Em 1581, a Holanda proclamou sua independência, libertando-se do domínio da Espanha. Em represália, Filipe II fechou os portos portugueses e espanhóis aos navios holandeses, medida que constituiu um violento golpe na economia desse país, o qual controlava o transporte, o refino e a distribuição do açúcar brasileiro na Europa. Com a finalidade de superar tal obstáculo, os comerciantes holandeses criaram a Companhia das Índias Ocidentais para a conquista dos mercados produtores, no caso o Nordeste Brasileiro. Quando a armada dessa Companhia chegou a Salvador, o povo abandonou a cidade e grande parte dos habitantes se dispersou pelas aldeias dos índios, sob a direção dos jesuítas. Como o governador geral Diogo de Mendonça Furtado foi preso e embarcado para a Holanda, assumiu interinamente o governo D. Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil, que

adotou a forma de guerrilha para combater o invasor. Essa tática se revelou eficaz e no ano seguinte, 1625, chegou uma esquadra espanhola que conseguiu retomar a cidade e provocar a rendição dos holandeses; todas as suas propriedades foram confiscadas e eles receberam navios e mantimentos apenas suficientes para regressarem à Holanda.

Nessa época, Vieira era ainda muito jovem, mas sua reconhecida capacidade intelectual e sua perícia no manejo da língua latina fizeram com que seus superiores o encarregassem de relatar todos esses acontecimentos na Carta anual para o Geral da Companhia de Jesus, em 1626, o Padre Mucio Vitelleschi, a primeira escrita após a interrupção de dois anos ocorrida naqueles tempos incomuns. A esse respeito, cabe mencionar que as cartas anuais jesuíticas eram documentos “administrativos” de grande peso por se apresentarem como relatório-resumo, que consistia em relatos sobre missões específicas, sobre o andamento dos trabalhos realizados, os percalços vividos e os obstáculos superados. Como elas geralmente deviam seguir um longo e tortuoso caminho até chegarem ao seu destino final, era usual redigir, em momentos diferentes, e expedir por diversas vias, cópias “de segurança” a fim de garantir o seu recebimento pelo Padre Geral de Roma. Eis a senha de entrada para a labiríntica questão das diferentes versões da carta anual vieiriana, tanto em latim quanto em português, que será discutida mais à frente.

A estrutura dessa carta anual é constituída por uma parte introdutória à qual se seguem tópicos específicos sobre os diversos colégios jesuíticos brasileiros. Presente em todas as diferentes versões manuscritas que consultei, a introdução traz uma nota inicial que busca explicar ao Geral da Companhia as razões do atraso com que vinha escrita essa relação anual. O texto prossegue elencando o número de padres existentes na província brasileira e sua repartição nos vários colégios da Ordem.

O capítulo dedicado ao colégio da Bahia, o primeiro e mais amplo de todos, recorda de início a vida e a personalidade de

alguns padres mortos em 1624 e 1625. Antes de abordar a invasão holandesa, Vieira explicita a intenção de apresentar a verdadeira narrativa dos acontecimentos, que provavelmente não tinha chegado a Roma, evidenciando sua preocupação com o registro da verdade histórica:

Como o principal fruto espiritual destes tempos se colheu na tomada e recuperação da cidade da Baía, é necessário relatá-la brevemente, e dizer também a certeza do que se passou na realidade, para que a verdade tenha lugar, e se não creiam algumas falsidades, que do caso se contem.⁵

Após o detalhamento das várias ações da guerra contra os holandeses, introduz-se o tópico sobre o Colégio do Rio de Janeiro, que descreve as fortificações que ali foram feitas, para proteger-se de ulteriores e eventuais ataques. Seguem-se o item referente à Missão dos Patos, que destaca o trabalho de conversão dos índios, e aquele dedicado à Capitania do Espírito Santo, que enfatiza o quanto esta ressentiu a presença invasiva dos holandeses. A parte concernente à Missão dos Mares Verdes enfoca a dificuldade de dois padres enviados em missão a um lugar de difícil acesso, no interior da floresta, onde foram bem acolhidos pelos índios. O último tópico, sobre a Missão de Pernambuco, conta a história de padres ilustres desse Colégio falecidos em 1624, descreve a atividade catequética dos jesuítas e narra a chegada de uma frota holandesa. Conclui-se, então, a carta, reiterando sua proposta inicial de relatar, de modo detalhado e principalmente verdadeiro, tudo o que aconteceu nos anos em foco:

Isto é o que me pareceu referir a Vossa Paternidade destes dois anos, depois de se fazerem todas as diligências possíveis para tirar a limpo a verdade, que as guerras, de ordinário, não só pretendem esconder mas sopeiam e atropelam. (p. 69-70)

Devido ao critério cronológico empregado por João Lúcio para ordenação das missivas editadas, a carta ânua é a primeira delas, vindo precedida por um texto de apresentação, que menciona a existência de dois exemplares dessa carta, autógrafos e assinados por Vieira, nos arquivos da Sociedade Jesuítica, em Roma. Segundo informa, tais documentos foram examinados por Francisco Rodrigues, que, em artigo publicado em 1922, nos indica que Vieira:

[...] redigiu-a em latim mais brevemente, e em português com maior abundância de notícias. Exemplares latinos conhecemos dois, ambos autógrafos de Vieira; o primeiro assinado a 21 de novembro de 1626 e o segundo a 1 de dezembro do mesmo ano. O exemplar português, mais de uma vez impresso, tem a data de 30 de setembro de 1626 (1922, p. 83).

Quanto a essas versões latinas, abro um breve parêntese para destacar a importância, a partir do Encontro vieiriano realizado em Roma, em fevereiro de 2008, de ter conhecido a pesquisa de Nicoletta Madia, em sua tese orientada por Silvano Peloso e defendida em maio último, centrada no cotejo entre os dois manuscritos latinos da carta ânua, existentes nos Arquivos Romanos da Sociedade de Jesus, e o apógrafo em português reportado por João Lúcio. Sintetizo aqui as principais conclusões desse minucioso trabalho.

Sem entrar em detalhes sobre as pequenas diferenças entre os manuscritos examinados pela pesquisadora, destaco que, em linhas gerais, eles se diferenciam do texto publicado pela quantidade e pelo tipo de informação fornecida bem como por sua disposição no interior do relato. O texto em português se apresenta mais rico de notícias históricas, anedóticas e particulares, em contraposição aos manuscritos latinos, que, respeitando a *brevitas* prescrita pelo cânone retórico da *Formula Scribendi* da relação anual, só narram os aspectos mais importantes.

Após consultar uma paleógrafa, Nicoletta levanta a hipótese de que os dois exemplares latinos da carta vieiriana não sejam autógrafos, mas sim cópias dos originais, realizadas em Roma, ou até cópias de segurança, preparadas na Bahia. Isso justificaria a diferença entre as datas dos manuscritos em foco bem como a conjectura levantada pela pesquisadora acerca da existência de um texto original, ainda não encontrado, com data de 30 de setembro de 1626, do qual provavelmente teriam derivado, através de duas modalidades diferentes (uma mais breve e outra mais detalhada), ambas as versões latinas e também as diversas versões em português.

Fechando o parêntese, retomo minha investigação. Por razões que não explicita, João Lúcio não consultou as versões latinas da carta ânua, consideradas originais, utilizando, segundo esclarece em nota preliminar, o “manuscrito apógrafo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”. É igualmente intrigante verificar que o historiador tampouco se baseia nos dois códices encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa, que tive a ocasião de examinar no início deste ano, embora saiba da existência de pelo menos um deles, segundo a nota presente à página 25 de sua edição. O autor informa ainda que a carta ânua foi impressa na íntegra, pela primeira vez, nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, em 1897, e parcialmente, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1843. Partindo de tais dados, propus-me inicialmente a cotejar o texto preparado por Lúcio de Azevedo com essas edições anteriores, todas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Consultando o número 19 da *Revista* do IHGB, constatei a publicação de apenas dois itens da carta – “Anua da Missão dos Mares Verdes” e a “Anua da missão da Capitania do Espírito Santo” –, que vêm precedidas pela observação: “Manuscritos oferecidos de Lisboa pelo sócio correspondente, o Sr. Varnhagen”.

Importa lembrar ainda que, antes de ser impresso nos *Anais da Bibliotheca Nacional*, o texto integral da carta foi publicado em

1860 por Mello Morais, no 4.º volume de sua obra *Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, que apresenta a seguinte nota explicativa antes da epístola vieiriana:

O Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre, secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e um dos mais salientes vultos da nossa literatura, e de presente cônsul geral do Brasil na Prússia, nos comunicou ter a Revista do Instituto no tomo 5.º, [...] do ano de 1843, publicado as Anuas do Padre Antônio Vieira, e verificando, apenas encontramos a das Missões dos Mares Verdes e a da Capitania do Espírito Santo, e como as possuímos todas extraídas das originais, as transcrevemos principiando pela Ânua da província do Brasil, mandada à cidade de Roma, ao geral da Companhia de Jesus do ano de 1624 e 1625, em que o famoso Antônio Vieira contando os acontecimentos do ano, começa: [...]
(MORAIS: 1860, p. 5)

Segue-se o texto integral da carta, que se faz acompanhar de longas notas de rodapé, a primeira delas contendo, em sua totalidade, o extenso poema heróico intitulado “Colombo”, escrito por Porto Alegre, (idem, p. 5). Outras notas referenciam os acontecimentos mencionados por Vieira nesse texto, inserindo, por exemplo, uma cópia de uma carta ao rei de Portugal, extraída das *Notícias históricas e militares da América*, coligidas pelo abade Diogo Barbosa Machado, em que o jesuíta se refere às missões do Ceará, Maranhão, Pará e do rio das Amazonas (idem, p. 10). De todo modo, Mello Morais não oferece ao leitor qualquer explicação sobre as cópias que serviram de base para sua publicação, tampouco sobre os originais em que elas supostamente se basearam.

Passemos a outro texto consultado por Lúcio de Azevedo. Segundo o resumo histórico da constituição do acervo da Biblioteca

Nacional do Rio de Janeiro, publicado nos *Anais*, ela se formou, a princípio, da livraria que o rei de Portugal, D. José I, organizara para substituir a que, com o título de “Real Biblioteca da Ajuda”, o terremoto de Lisboa, de 1755, e o incêndio subsequente haviam destruído. Quando D. João VI, fugindo à invasão de Portugal pelas tropas francesas, se transportou com a família real para a colônia, em 1808, trouxe consigo aquela Biblioteca, a que se adicionara a numerosa livraria amontoada pelo douto abade Diogo Barbosa Machado, que a ofertara a D. José.

A introdução do 19.º tomo dos *Anais*, de 1897, nos esclarece que se trata de um volume “de comemoração do bicentenário da morte do grande Vieira”. Quanto ao texto da carta ânua, este é precedido pela seguinte observação: “A presente cópia foi retraída de um manuscrito intitulado “Maquinações de Antônio Vieira Jesuíta, Tomo V de páginas 1 a 163, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, com a marcação 7/6/14” [atual COD. 2677]. Já na folha de rosto, encontramos o mesmo extenso título presente no manuscrito consultado por Lúcio de Azevedo, que o cita na primeira nota de sua edição:

Annuæ ou Annaes da Província do Brazil dos dous anos de 1624 e 1625. E successos respectivos às Cazas que por esse tempo conservarão naquelle Estado os extinctos Jesuítas: E por dizer respeito à mesma Narracão se tracta da Violentia entrada, que os Hollandezes fizeram naquellas p.tes e principalmente na Cid.e da Bahia com a curioza exposiçãõ da sua situaçãõ progressos, e miúdas circumstancias dessa falta e atrevida Invasão. (ANNAES, 1897, p. 176)

Importa enfatizar o desdobramento de versões da carta ânua que constituem o meu atual canteiro de obras: diversos manuscritos apógrafos, manuscritos autógrafos cuja autoria é posta em questão, diferentes textos impressos. Como vimos, a proposta inicial era a de cotejar o texto da

carta publicado por João Lúcio com o manuscrito existente no Rio de Janeiro citado por ele. Logo nos primeiros passos da investigação, surpreendi-me ao encontrar não um, mas quatro códices apógrafos dessa carta. Verificando que cada um deles apresentava diferenças em relação aos demais, a questão imediata que me mobilizou foi a de identificar em qual deles João Lúcio se teria baseado. Propus-me também a comparar essa edição com as três publicações anteriores da carta, já referidas, igualmente pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Passo a uma breve apresentação dos quatro manuscritos, que aqui serão numerados para efeito de maior clareza na exposição.

O primeiro códice (I - 12, 2, 21), contendo apenas a carta ânuia, traz na segunda folha o mesmo cabeçalho que acompanha a publicação dos *Anais*: “A presente cópia foi retraída de um manuscrito intitulado [...]”. Ele apresenta várias diferenças em relação ao texto publicado por João Lúcio: mudança da ordem dos termos nas frases, supressão e inserção de algumas palavras, substituição de alguns termos por outros de sentido próximo, tais como: “arcabuzes” por “armas” (p. 33), “governador” por “capitão-mor” (p. 36), “novamente vindos” por “convertidos” (p. 61).

O segundo códice (16, 4, 13), o único datado, apresenta-se em péssimo estado de conservação: o manuscrito está muito danificado, roído por traças e a caligrafia encontra-se borrada, dificultando bastante a leitura. Na folha de rosto há o seguinte texto: “Obras inéditas do P.^o Antônio Vieira Jesuíta fielmente copiadas da livraria do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Balsemão [que descobri ser Luís Pinto de Sousa Coutinho]. Por A. L. C. Ano de 1818.”. Segue-se uma compilação de várias cartas, sendo que a quarta delas é a ânuia. Destaca-se um elemento que não aparece em nenhum outro manuscrito nem em qualquer versão impressa: a presença do subtítulo “Descrição da cidade da Bahia”, que precede o parágrafo iniciado por “Abre esta costa do Brasil [...]”, localizado à página 11 da edição preparada por Lúcio de Azevedo.

O terceiro códice (5, 3, 7) é um grosso volume com vários textos do jesuíta. A folha de rosto da carta ânuia encontra-se à página 142,

sucedendo-se um texto que, após um longo processo de minuciosa colação⁶, palavra a palavra, descobri ser bastante semelhante ao da publicação. A grafia indecível de um vocábulo na apresentação do texto – “falta” ou “solta” – já constitui um indício de se tratar do documento consultado por João Lúcio, que apresenta, em sua versão da carta, as duas possibilidades: “[...] com a curioza exposição da sua situação progressos, e miudas circunstancias dessa falta (ou “solta”) e atrevida Invazão” (AZEVEDO: 1997, p. 4). E mais: a divisão em parágrafos é idêntica à da publicação em livro. Durante a leitura comparativa dos dois textos, descobri algo surpreendente: o manuscrito apresenta alguns trechos sublinhados a lápis vermelho, uma rasura evidentemente feita em época posterior à da escrita do manuscrito. Por vezes essas marcas circunscrevem palavras ilegíveis; por outras, assinalam supostos erros no texto; em suma, o mais freqüentemente, parecem relacionar-se à atividade de preparação de originais para publicação, como uma espécie de marca de revisão. Como esses “erros” assinalados em vermelho aparecem “corrigidos” na edição organizada por João Lúcio, e considerando-se que esse manuscrito é o que mais se aproxima da versão publicada, minha primeira hipótese foi a de que essas marcas poderiam estar relacionadas à preparação dessa edição. No entanto, no desenrolar do trabalho, verifiquei que esse códice é igualmente o mais próximo ao texto publicado nos *Anais* da Biblioteca Nacional, em data anterior à publicação de João Lúcio e apresentando a correção dos erros assinalados a lápis no manuscrito, o que colocou em dúvida minha suposição anterior.

O quarto códice (22, 2, 1) consultado, o de melhor conservação, contém apenas a carta ânua, em texto manuscrito bem legível sobre folhas de papel pautado. Não há qualquer data nesse documento. A lápis, na folha inicial, está escrito: “entrada agosto 1897”, certamente uma referência à data em que foi catalogado na Biblioteca Nacional.

A leitura comparativa dos quatro manuscritos evidenciou que os códices III e IV são textos praticamente iguais. Concluí, após exame atento, que o IV, aparentemente mais recente, foi copiado do III, o que se comprova, por exemplo, pelo fato de que, quando uma palavra neste está ilegível, aquele deixa um espaço em branco correspondente, talvez

para ser completado posteriormente. Outra conclusão a que cheguei: a grande semelhança entre o texto presente na *Corografia* e o manuscrito I me permitiu levantar a hipótese de ter sido baseada nele a versão publicada por Mello Morais.

O cotejo dos diferentes manuscritos igualmente possibilitou evidenciar várias falhas no texto editado por Lúcio de Azevedo, às quais só aludirei de passagem, devido à impossibilidade, dado o escopo deste artigo, de analisá-las em detalhes. Além das referidas trocas de vocábulos do mesmo campo semântico, verificam-se algumas alterações que provocam significativa mudança de sentido. Cito, como exemplo, a troca de “sitiada” por “situada”, à página 44 da edição impressa, em que se lê “Depois de chegada a nossa armada, e *situada* por ela a cidade e porto da Bahia”; logo em seguida, também a troca de “assaz” por “esses” altera o significado do seguinte trecho: “Até os escravos do Colégio, que, por estarem muito desbaratados, eram bem poucos e, *esses* [*assaz*] necessários para o serviço e sustentação dos padres” (p. 46). À página 52, a troca de “pois” por “depois” se revela mais grave, tendo em vista o caráter documental de que se reveste a carta anual. Lê-se em João Lúcio: “No ano *depois* de 1624, se partiram dessa sua estância para a Alaguna” [ou seja, em 1625], ao passo que, na *Corografia* e nos manuscritos I e II, encontramos a seguinte formulação: “O ano, *pois*, de 1624”.

Outro erro que salta aos olhos no texto impresso por Lúcio de Azevedo refere-se a uma contradição interna no tocante à enumeração dos padres da Província do Brasil. Menciona-se, inicialmente, a existência de 120 membros da Companhia, estimativa desmentida na enumeração que se segue, na qual se verifica claramente, calculando as somas, que se trata de 191 padres:

Sustenta esta província do Brasil, pouco mais ou menos, 120 padres da Companhia (...). No colégio da Baía residem comumente 80; no de Pernambuco 40; 35 no do Rio de Janeiro; na residência do Espírito

Santo 12; na de Santos 5; na de S. Paulo 7; na casa dos Ilhéus 4; em Porto Seguro 4; e 4 no Maranhão.
(p. 4)

Considerando-se a prática da contabilidade excessiva e até obsessiva dos inicianos, segundo destacado por Roland Barthes (1979, p. 72), bem como o fato do elenco dos padres constituir um aspecto relevante da relação anual, evidencia-se a gravidade desse erro, não percebido pelo insigne biógrafo de Vieira nem pelos organizadores dos *Anais*. Uma vez que ambos os manuscritos da Biblioteca Nacional portuguesa e os códices I e II da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro apresentam a cifra correta, a qual é confirmada na enumeração posterior, pode-se deduzir que se trata de um erro de copista, que seguramente não constava do texto original.

Em síntese, a investigação realizada até o presente apontou a necessidade de desenvolver uma análise comparativa mais aprofundada entre as diferentes versões, manuscritas e impressas, da carta anual, tendo em vista não apenas seus diversos contextos de recepção bem como os diferentes papéis de leitor, intérprete, revisor e até de censor, que foram exercidos pelos copistas e pelos editores deste texto ao longo do tempo. Na impossibilidade de apresentar uma conclusão, por ainda me encontrar no meio do caminho deste grande trabalho de reconstituição do texto vieiriano, retomo, para finalizar, um tema ao qual aludi inicialmente: a urgência de se proceder à preparação de uma edição crítica da epistolografia de Antônio Vieira.

Mesmo com as diversas rasuras efetuadas no documento original, até hoje não recuperado, e que, por isso, só poderá ser reconstituído segundo a variação múltipla de suas versões, a carta anual nos possibilita acompanhar de perto um relevante capítulo da história luso-brasileira, traçado por um grande “homem do tempo”, como o próprio Vieira se definiu em carta a D. Rodrigo de Meneses (17 de novembro de 1664).

NOTAS

¹Sobre a arte medieval de escrever cartas, consultar MURPHY: 1990, p. 194-268.

²Destaque-se aqui, de passagem, que tal descoberta está diretamente relacionada à grande voga de imitação clássica nesse período, que teve seu ápice no ciceronianismo do início do século XVI, já foi amplamente estudado por Marc Fumaroli, na primeira parte de sua relevante obra sobre a “idade da eloquência” (1980).

³Para uma análise da estrutural formal das cartas jesuíticas e de sua ligação com a tradição da *ars dictaminis*, ver PÉCORA: 2001, p. 17-68.

⁴Para uma crítica da modernização da ortografia e da pontuação, presentes na edição preparada por Lúcio de Azevedo, cf. RÉVAH: 1947, p. 255-270.

⁵VIEIRA, A. Carta ânua. In: _____. *Cartas*, vol. I. Org. de João Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1970, p. 12. Ao longo deste artigo, todas as referências de páginas serão relativas a essa edição.

⁶Cabe aqui um breve esclarecimento: esses manuscritos não se encontram microfilmados, portanto, o trabalho com eles tem que ser realizado na própria biblioteca, com a leitura direta dos documentos.

REFERÊNCIAS

ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XIX. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1897.

AZEVEDO, João Lúcio de. Introdução. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loiola*. Lisboa: Edições 70, 1979.

FUMAROLI, Marc. *L'âge de l'éloquence: rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Paris: Albin Michel, 1980.

HANSEN, João A. A escrita da conversão. In: CONSTIGAN,

Lúcia H. (org.) *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: _____. *Primeiras cartas do Brasil: 1551-1555*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MADIA, Nicoletta. *La Carta Anua del 1626 di Padre Antônio Vieira, Confronto fra i manoscritti latini Bras. 8, 342-351 Bras. 8, 366-375 e l'edizione dell'Annua del 1626 presente nelle Cartas*. Roma: Universidade de Roma La Sapienza, 2008. Mimeo.

MELLO MORAES, A. J. de. *Corographia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasileira, 1860.

MURPHY, James J. *Rhetoric in the Middle Ages. A History of Rhetorical Theory from Saint Augustine to the Renaissance*. 6.^a ed. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1990.

PÉCORA, Alcir. A arte das cartas jesuíticas no Brasil. In: _____. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

PIRES, Maria Lucília G. A epistolografia de Vieira. Perspectivas de leitura. In: MENDES, Margarida V. et alii (org.) *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997.

RÉVAH, I. S. Petite contribution à la future édition des lettres Du Père Antônio Vieira. *Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, t. XI. Coimbra: Coimbra Editora, 1947, p. 255-270.

RODRIGUES, Francisco. O Padre Antônio Vieira: contradições e aplausos (à luz de documentação inédita). *Revista de História*, vol.

XI. Dir. Fidelino de Figueiredo. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. 3 vol.

_____. *Cartas do P.^e Antônio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa Ocidental: Oficina da Congregação do Oratório, 1735-1746. 3 vol.

_____. *Cartas do padre Antônio Vieira*. Lisboa: J. M. C. SEABRA e T. Q. Antunes, 1854-1855. 4 t., 2 vol.